

Após 16 anos, Adusp vence ação do gatilho salarial. Com a palavra, a Reitoria

Fruito do autoritarismo e irresponsabilidade do então governador Orestes Quércia, durante o ano de 1987, o Governo atrasou ou deixou de pagar “gatilhos salariais” previstos na Lei Complementar 467/86, segundo a qual haveria o reajuste automático dos salários sempre que a inflação (IPC) acumulasse 20% (vide box).

Finalmente, após mais de quinze anos do início da ação, no *Diário Oficial* de 17 de fevereiro passado a USP publicou uma relação de docentes para os quais ela reconhece que tem “obrigação de fazer” o pagamento do ganho judicial obtido pela Adusp na chamada Ação do Gatilho.

A sentença do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, proferida em abril de 2001, determina:

“... E o pedido inicial, quanto aos representados do autor beneficiados, é acolhido na sua integralidade, vale dizer, para que a ré USP pague as diferenças salariais reclamadas, nos percentuais indicados na inicial, com os acréscimos de juros de mora, à taxa de 0,5% ao mês, contados desde a data da citação, e com correção monetária de cada parcela atrasada, contada a correção desde a data de cada vencimento, segundo os índices aplicáveis aos cálculos judiciais. ...”

O pedido inicial, acolhido em sua integralidade, previa:

“... a) Incorporar aos vencimentos atuais de todos os docentes da USP reajuste de 32,96% correspondente à diferença entre os reajustes salariais devidos e os efetivamente pagos;

b) Pagar aos mesmos, conforme se apurar em execução, todas as diferenças de vencimentos, vencidas e vincendas, decorrentes do pedido inserto no item anterior;

c) Pagar, conforme se apurar em execução a título de indenização, o valor relativo à correção monetária da diferença entre as épocas em que os quatro primeiros ‘gatilhos’ (março, abril, maio

e junho) deveriam ter sido pagos e aquelas e que efetivamente o foram. ...”

Apelos e recursos

A ação do gatilho foi ganha pela Adusp em abril de 2001. A USP apelou e recorreu das mais variadas formas, tendo por fim sido publicada em 6 de fevereiro passado a recusa à sua última tentativa de recurso judicial da decisão. Assim,

ao publicar no *Diário Oficial* a relação dos que são abrangidos pela sentença, a USP deve passar a cumpri-la. Têm direito ao ganho judicial todos os docentes que estavam contratados durante o ano de 1987 (excetuadas algumas situações particulares) e que não participaram de outra ação judicial sobre a mesma questão.

A Adusp protocolou em 23/2 um ofício na Reitoria

em que solicita “a informação se a ordem de pagamento será realizada na próxima folha de pagamento ou da previsão de expedição da ordem de pagamento.”

Silêncio da Reitoria

Até as 18 horas de 7/3, quando fechamos esta edição, a Adusp não havia recebido resposta oficial da Reitoria ao ofício de 23/2.

Herança do governo Quércia

Nos idos de 1986, São Paulo era “a única unidade da Federação onde os salários do funcionalismo estão garantidos pela aplicação do ‘gatilho’”, como registrava o *Boletim Adusp* nº 20, de abril de 1987. Eram tempos de inflação alta, que corroía os ganhos dos assalariados, e o gatilho disparava sempre que a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) alcançasse 20%.

Pelo menos era o que determinava a Lei Complementar 467, de 2 de julho de 1986, em seu artigo 25: “Os vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões serão reajustados automaticamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, sempre que a acumulação atingir 20% (vinte por cento)”.

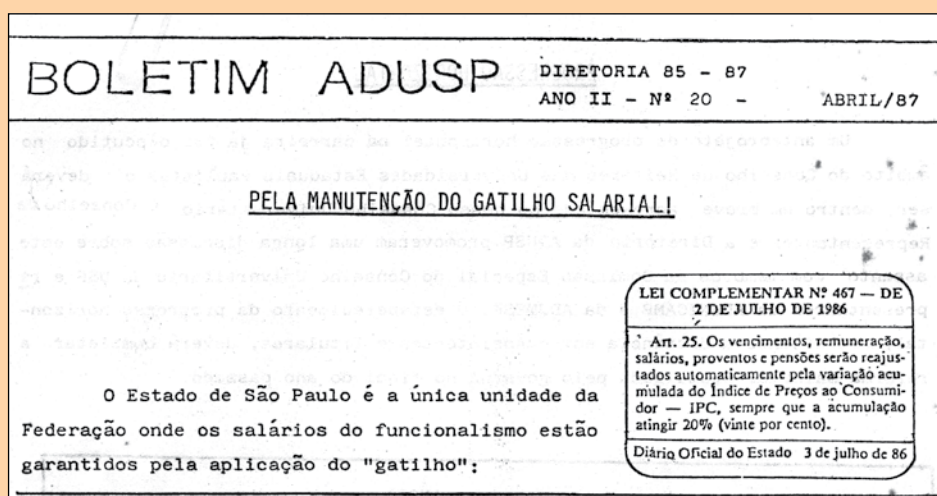
Pois bem: logo que assumiu o governo estadual, em janeiro de 1987, Orestes Quércia decidiu acabar com o gatilho que protegia os salários dos funcionários públicos. Assim, o mesmo *Boletim Adusp* 20 noticiava que o “novo Governador, embora propondo um reajuste de 20% a partir de 1º de março, de acordo com a lei, já enviou um projeto à Assembléia Legislativa revogando o artigo 25 da Lei Complementar 467”.

“Exasperante”

Comentando o fato de que o governador propusera, no mesmo projeto, reajustes semestrais em janeiro e julho, a publicação da Adusp observava que as conquistas obtidas em 1986 estavam sendo perdidas: “Reajustes semestrais numa economia altamente inflacionada significam perdas certas. Note-se também que o projeto de lei enviado por Quércia à Assembléia não faz menção

de qualquer tipo de índice — estamos, de fato, voltando à exasperante situação de 1985!”. Por fim, o *Boletim Adusp* 20 convocou assembléia geral para 2 de abril de 1987, com a palavra de ordem “Pela manutenção do gatilho salarial!”.

Quércia terminou sendo derrotado em sua pretensão de derrubar o gatilho, pois os deputados estaduais, pressionados pelo funcionalismo, que entrou em greve, rejeitaram o projeto de lei. Mesmo assim, o governador do então MDB decidiu deixar de pagar sistematicamente o gatilho (chegou a pagar alguns), afrontando a lei. Uma das consequências da sua atitude foi a chamada Ação do Gatilho, movida pela Adusp em 1990 — e que agora parece chegar a um desfecho.



Diretores do Cepeusp promovem mudanças arbitrárias no Nuri

Daniel Garcia

A comunidade do Núcleo de Recreação Infantil (Nuri) está preocupada com os rumos dados ao projeto. Diretores do Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepeusp), órgão ao qual o Nuri está vinculado, vêm realizando mudanças que incluíram a tentativa de demissão da coordenadora do núcleo, que lá trabalhava havia quase quatro anos.

O Nuri contava, em 2005, com 75 alunos divididos em três turmas de 25, cada uma correspondente às faixas etárias próprias da pré-escola (4 a 6 anos). Neste ano, em virtude da antecipação do ingresso no Ensino Fundamental de 7 para 6 anos de idade, uma turma foi extinta. Porém não foram abertas inscrições para crianças de 4 anos.

Assim, restou somente uma turma, que começou com 16 alunos, mas foi reduzida para 10, pois alguns pais transferiram seus filhos para outras escolas; é um número bem inferior ao número de monitores previsto para este ano: 26. Os monitores são estudantes da USP que trabalham no núcleo desenvolvendo atividades e cuidando das crianças.

Márcia Ferreira, funcionária da USP que tem um filho matriculado no Nuri, comenta que o núcleo voltou ser “menos inovador”, limitando-se a promover atividades como escrever nomes ou copiar palavras. Para ela, há grande contraste entre a abordagem atual da aprendizagem e a anterior: “Não é que uma seja certa e a outra errada. São opostas”. Vera da Silva, também funcionária da universidade e mãe de aluno, tem a mesma opinião: “O que a gente lamenta é que o projeto [pedagógico] acabou”, diz.

Uma comissão de pais foi formada e apresentou suas preocupações ao chefe de gabinete da Reitoria, professor Wanderley Messias da Costa. Procurado pela reportagem, ele informou, por meio da assessoria de imprensa da Reitoria, que o caso é de responsabilidade do diretor geral do Cepeusp, professor Go Tani.

Relatos indicam que a pedagoga Márcia Matsubara, que assumira como coordenadora no 1º semestre de 2002, desenvolveu um inovador sistema de trabalho com os alunos. Porém, ela foi demitida em dezembro de 2005, supostamente por haver praticado “atos disciplinares”. Como o exame médico demissional detectou problemas, sua demissão foi suspensa. Em seguida, Márcia foi afastada de suas atividades por motivos de saúde.

Centralização

Passou a responder pelo Nuri o professor Edson Baccani, diretor técnico do Cepeusp e chefe de Márcia. O ex-monitor Leonel Parente, que ingressou no núcleo à mesma época que a ex-coordenadora e lá permaneceu até 2004, conta que nesse período os monitores planejavam conjuntamente as atividades que cada um desenvolveria. Após a saída de Márcia, as decisões conjuntas teriam deixado de existir. Em seguida, foram demitidas quatro monitoras.

“A proposta atual, pelo que todo mundo está entendendo, é executar as tarefas, só que sem nenhum poder de decisão ou questionamento sobre o que deve ser executado”, diz Lia Teixeira, monitora de 2003 a 2005. “Não houve reunião para discutir os projetos”, completa Tatiana



na Capell, uma das monitoras recentemente dispensadas.

“A gente não tem mais uma base pedagógica”, acrescenta Tatiana. A alegação apresentada pelo professor Baccani para a demissão de Tatiana foi de que ela não acatou a proibição, feita sem qualquer justificativa, de os monitores entrarem em contato com as crianças do Nuri na primeira semana de aula. Mas Tatiana acredita que foi dispensada por questionar os rumos do projeto. “Todo mundo que der uma opinião diferente vai acabar sendo afastado”, conclui.

As divergências que acabaram por culminar em mudanças foram precedidas por lances de autoritarismo por parte da diretoria do Cepeusp. Referindo-se a Márcia Matsubara, o ex-monitor Leonel diz ter percebido que “depois de um tempo, ela começou a ter problemas com a parte administrativa”.

Segundo ele, verbas, como as destinadas a passeios

com as crianças, foram cortadas. Em janeiro de 2005, aponta a ex-monitora Lia, a verba mensal para atividades e despesas extras foi eliminada, quando a direção do Cepeusp decidiu que o Nuri deveria fazer pedidos de compras. Pedidos de reforma do prédio do núcleo foram ignorados pela direção.

Crianças ou “clientes”?

De acordo com o ex-monitor Sérgio Bonilha, os atritos de Márcia Matsubara com a direção teriam começado quando ela se opôs à adequação do Nuri a determinados padrões estranhos à atividade do núcleo, mas que se prestavam ao desejo da direção do Cepeusp de obter um certificado ISO, referente à qualidade dos serviços prestados. Por esses padrões, as crianças atendidas passavam a ser designadas como *clientes*.

“O diretor administrativo, João Carlos Kanaan, era quem levava esse projeto com mais empenho para que fosse

implantado”, conta Sérgio. Kanaan, responsável pelas finanças e também ouvidor do Cepeusp, teve seu nome implicado em denúncias de que estaria havendo privatização de setores do órgão (*Informativo Adusp* 180, 2005). Procurado, Kanaan não respondeu à reportagem.

Os questionários a serem respondidos para obtenção do certificado de qualidade procuravam, segundo o ex-monitor, medir uma excelência “em gastos e eficiência em educação”. Para ele, aos poucos se criou uma rixa entre Márcia Matsubara e Kanaan, que foi “evoluindo para o lado pessoal”, devido à maneira como cada um conduziu o caso.

“Na verdade, ela comprou uma briga pelo ideal que era o projeto dela”, define Tatiana, referindo-se à então coordenadora. “Para isso, ela teve que comprar certas brigas”. Luciana Delfini, funcionária da USP cuja filha estudou no Nuri entre 2001

Recibos dados a temporários simulavam outros serviços e não eram assinados pela direção

A partir de 2002, alguns monitores foram contratados como técnicos temporários em substituição às professoras que deixaram o núcleo. É o caso de Leonel Parente, Lia Teixeira e Renato Pereira.

“Na verdade não existia nada assinado. Era *de boca*”, afirma Renato. “A gente simplesmente recebia um recibo quando pegava o cheque lá no Cepeusp”. Segundo Renato, referindo-se à diretoria, “eles faziam questão de não assinar” o recibo, embora os técnicos fossem obrigados a fazê-lo.

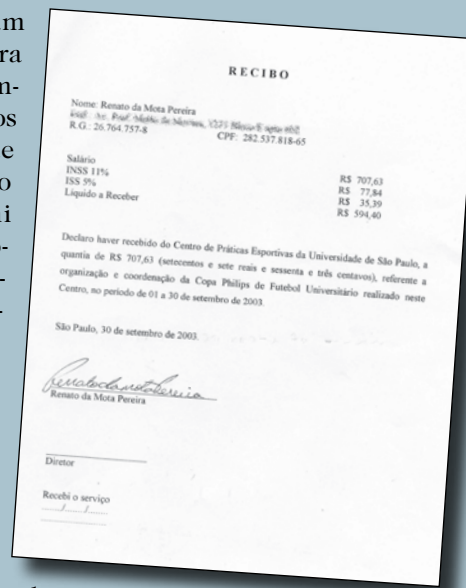
De acordo com Renato, houve casos em que era men-

cionada a prestação de serviços a outros setores e eventos do Cepeusp, embora os técnicos tivessem trabalhado no Nuri (*vide fac-símile*). Já Leonel afirma que os recibos registravam que os técnicos haviam prestado serviços em períodos diferentes daqueles em que de fato haviam trabalhado. Lia recusou-se a assinar o recibo com as datas trocadas, tendo escrito o período correto no documento. Em represália, sustaram seu cheque.

Apesar de não contar com o CNPJ da universidade e, segundo Lia, a direção do Cepeusp não possui os dados pessoais dos técnicos, os re-

cibos descontavam do salário 11% para o INSS e 5% de Imposto sobre Serviços (ISS). Na greve de agosto de 2005, o professor Baccani foi questionado sobre o destino desses recursos. Posteriormente, ele encaminhou uma ficha cadastral aos técnicos para que registrassem os dados de seus documentos.

O professor Baccani não respondeu aos pedidos de entrevista



tos pela reportagem.

Somente em 2005 é que duas novas técnicas foram contratadas. Márcia as considerou inaptas para a função, mas Baccani teria imposto a permanência delas, o que gerou, em agosto, uma paralisação de três dias por parte dos monitores e técnicos temporários (*vide quadro*). As técnicas foram para outros setores do Cepeusp e retornaram para o Nuri após a saída de Márcia. Por não ter conseguido falar com elas, a reportagem optou por preservar seus nomes.

Consultado pelo *Informativo Adusp*, o professor Baccani mostrou-se evasivo, qualificando as mudanças no Nuri como parte de um “processo de replanejamento”, que seria comum em qualquer dos setores do Cepeusp. Na ocasião da entrevista, contudo, a reportagem não havia ainda entrado em contato com boa parte dos pais e ex-monitores envolvidos. Por isso, Baccani foi novamente procurado, mas não deu retorno aos reiterados pedidos. O professor Go Tani também não atendeu à reportagem.

A ex-coordenadora Márcia Matsubara disse estar impossibilitada, no momento, de falar ao *Informativo Adusp*, por motivos de saúde.

de 2003, acredita que Márcia, apesar de ser uma “excelente profissional”, poderia ter sido um pouco mais flexível ao implementar seu projeto. As quatro técnicas que trabalhavam no Nuri como professoras foram deixando o núcleo por divergirem do projeto de Márcia. Uma delas foi localizada pela repor-

tagem, mas não quis comentar o assunto.

Projeto

Antes de 2002, “a impressão que eu tinha daquele local era de que se tratava de um depósito de crianças”, descreve Renato Pereira, monitor entre 2001 e 2003. “Elas entravam e as técnicas

não viam a hora delas saírem. Eram atividades sem nenhum fundo pedagógico”.

Ele e outros ex-monitores contam que os estudantes assistiam TV com frequência. “Um das atividades de artes plásticas era colorir desenhos prontos”, afirma Sérgio, que ingressou na mesma época em que Márcia assumiu a co-

ordenação. “Atividades bem limitadas para uma pré-escola”, opina. Vera Ribeiro, responsável pelo Nuri até 2002, nega os relatos dos ex-monitores. Já Luciana Delfini diz que sua filha tinha trabalhos mais complexos antes da entrada de Márcia, a qual teria dado ênfase às atividades de educação física.

Em defesa da Escola Pública: “educação não vive de brisa”

Desde o final do segundo semestre de 2005 a Adusp, a APG, o DCE e o Sintusp constituíram um Comitê em Defesa da Escola Pública. A idéia da criação do Comitê surgiu durante a última campanha pelo aumento de recursos públicos para a educação pública estadual nos diferentes níveis em que é constituída. Essa campanha resultou na luta vitoriosa durante a discussão e aprovação da LDO para 2006, quando a Assembléia Legislativa aprovou parte das reivindicações do fórum das Seis, e na luta pela reversão do veto do Zeroaldo.

Nas reuniões do Comitê, que sonha com a construção

de uma Campanha em Defesa da Escola Pública envolvendo as entidades educacionais e sindicais do Estado, a questão do financiamento público tem ocupado um lugar de destaque. O comitê também organizou parte das atividades da Calourada Unificada 2006, como o lançamento da Campanha por Mais Verbas para a Educação Pública, ocorrido em 22/2.

Nesta data, entidades representativas da comunidade universitária — DCE-Livre “Alexandre Vannucchi Leme”, Adusp, APG-Capital e Sintusp — lançaram a Campanha em ato realizado em frente à Reitoria da USP, animado pela palavra de ordem

“educação não vive de brisa”. A Calourada Unificada contou também com debates, oficinas, aula magna e um show na Praça do Relógio.

Outras entidades engajadas na luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade também manifestaram apoio, enviando representantes ao lançamento: UNE, UEE-SP, Executiva Nacional dos Estudantes de Computação-ENEC, DCE da Unicamp, Centro Acadêmico de Ciências Sociais e Centro Acadêmico Clarice Lispector (ambos da PUC-SP), Sinteps, Conlute e Fórum das Seis.

Aula pública

Dando continuidade a



Lançamento da campanha por mais verbas para a educação

essas atividades está programada para o dia 15/3, quarta-feira, às 17h30, no auditório Jacy Monteiro (IME), a aula pública “Financiamento: a educação pública não

vive de brisa!”, a cargo do professor Rubens Barbosa de Camargo, docente da Faculdade de Educação da USP e secretário da Educação do Município de Suzano.

Deliberações da Assembléia da Adusp de 23/2

A Assembléia da Adusp de 23/02 escolheu os delegados que a representarão no 25º Congresso do Andes-SN (5 a 10/3 em Cuiabá/MT): César Augusto Minto, Carla de Oliveira Carvalho, Ciro Teixeira Correia, Lighia B. Horodynski-Matsushigüe, Sérgio Souto e Oswaldo Siga Junior.

O tema do 25º Congresso, “Financiamento Público: garantia de direitos sociais e de democracia”, é de extrema importância para a Educação e será debatido

por representantes do nosso Sindicato Nacional em todo o país.

A assembléia aprovou, também, os seguintes eixos políticos, propostos como indicativos pelo Fórum das Seis, para a campanha salarial que se aproxima:

1 Reajuste de cerca de 6% para recuperar o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese;

2 Reajuste trimestral dos salários correspondente

ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese;

3 Lutar pela ampliação de recursos do ICMS na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

- 11,6% para as universidades estaduais paulistas;
- 2,1% para as Fatecs e as Escolas Técnicas do Centro Paula Souza;

4 Lutar na LDO pela ampliação para 33% da re-

ceita de impostos do Estado para a Educação;

5 Lutar pela aprovação de Lei Complementar que garanta a vinculação do repasse do ICMS para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza;

6 Lutar pela expansão de vagas em cursos presenciais de graduação, com financiamento adicional, garantindo o ensino público de qualidade e políticas de

permanência estudantil;

7 Lutar pela aprovação do Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista;

8 Lutar contra a sonegação fiscal e a renúncia fiscal no Estado.

A diretoria da Adusp relatou, também, a explicação dada pelos advogados quanto ao andamento da ação judicial relativa ao gatilho de 1987, ganha pela entidade (vide capa).

Crise na PUC

Dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo e chanceler da PUC, pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ajuda federal a fim de sanear as finanças da instituição. Foi oferecido um financiamento do Banco do Brasil, não aceito pela universidade por causa das condições impostas.

Para reduzir os gastos com a folha de pagamentos (medida exigida pelos bancos credores), foram demitidos até agora cerca de 30% do corpo docente da universidade e 29% dos funcionários. Os cortes mais recentes foram anunciados em 17/2, com 114 dispensas de funcionários e 211 de professores, todos avisados por telegrama, e, entre os últimos, pessoas que trabalhavam na PUC havia mais de 30 anos.

A Associação dos Professores (Apropuc) decidiu, na assembléia de 20/2, que nenhum dos remanescentes assumiria as disciplinas cujos responsáveis eram colegas dispensados. Os professores demitidos também vão entrar na Justiça com um mandado de segurança coletivo e uma ação no Tribunal Regional do Trabalho para reverter sua situação.

Sader reage a processo impetrado por Bornhausen

O sociólogo Emir Sader, da FFLCH/USP e da Uerj, entrou na Justiça com pedido de desqualificação do processo impetrado contra ele pelo senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL. Bornhausen sentiu-se ofendido por um texto do professor Sader intitulado “O ódio de classe da burguesia brasileira”, publicado em 28/8/2005 no sítio da Agência Carta Maior.

“Não é um ataque contra mim, mas contra os movimentos sociais”, declarou ao *Informativo Adusp* o professor Sader a respeito da reação de Bornhausen a seu artigo, que repudia uma afirmação feita pelo senador em agosto passado durante um seminário em São Paulo.

“O senhor não está desencantado com tudo isso que acontece no Brasil?”, perguntou ao senador um dos presentes. “Desencantado? Pelo contrário. Estou é encantado, porque estaremos livres dessa raça pelos próximos 30 anos”, respondeu Bornhausen, no que foi interpretado como uma referência ao PT e à esquerda brasileira.

Discriminação

“Ele merece processo por discriminação, embora no seu meio — de fascistas e banqueiros — sabe-se que é usual referir-se ao povo dessa maneira: são ‘negros’, ‘pobres’, ‘sujos’, ‘brutos’, em suma, desprezíveis para essa casa-grande da política brasileira que é a direita”, protesta o professor Sader no artigo.

Bornhausen tentou justificar-se num texto publicado em 29/9/2005 na *Folha de S. Paulo* (p. A3), explicando que usara o termo “raça” sem conotação pejorativa. O professor Sader, porém, aponta que o senador generalizou o termo, discriminando não apenas negros, mas também os excluídos como um todo. “É pior ainda”, diz o docente.

Afinal, conclui Sader, houve “um ataque ao PT”, que, a seu ver “é um partido capaz de desafiar a hegemonia da direita” no Brasil, da qual Bornhausen, “que foi governador biônico de Santa Catarina durante a Ditadura Militar”, é um dos expoentes.

Alesp destina às universidades 9,57% do ICMS no Orçamento 2006

Em 22/2, a Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) finalmente aprovou o projeto de lei referente ao Orçamento 2006. O artigo 10º da Lei Orçamentária (LO) estabelece que devem ser repassados mensalmente às universidades públicas estaduais, no mínimo, 9,57% da arrecadação da cota-parte do ICMS, no mês de referência, incluindo-se ainda 9,57% da Lei Kandir.

Veremos se a letra da emenda será cumprida ou se serão repassados apenas 9,57% do orçado pelo governo do Estado para o ICMS, deixando de levar em conta o efetivamente arrecadado.

O percentual de 9,57% da emenda aglutinativa é o mesmo que foi conquistado por cerca de 10 anos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até 2005, quando a Alesp aprovou aumento em todos os percentuais da educação: de 30% para 31% da receita de impostos na verba global, de 9,57% para

10% da cota-parte do ICMS para USP, Unesp e Unicamp, e fixação de 1% da cota-parte do ICMS para o Centro Paula Souza, que reúne as Fatecs e as escolas técnicas estaduais (ETEs).

Porém, tais percentuais foram vetados pelo governador Geraldo Alekmin (PSDB), o que deflagrou uma greve no ensino superior público estadual no 2º semestre de 2005. Apesar da pressão de docentes, estudantes e funcionários, a Alesp não derrubou o veto, e criou-se um vácuo na medida em que não havia mais qualquer percentual garantido para as universidades públicas estaduais.

Agora, além dos 9,57%, está prevista a possibilidade de recursos suplementares para a expansão de vagas, a qual nos últimos anos vem ocorrendo de maneira desestruturada, pois novos estudantes ingressam no sistema sem que os repasses sejam reajustados.